

## **O ESTIGMA PRESENTE NOS DISCURSOS DE PROFESSORES SOBRE LAUDOS E A RELAÇÃO COM AS QUEIXAS ESCOLARES: ANÁLISE A PARTIR DE UM CONTEXTO NEOLIBERAL**

### ***EL ESTIGMA PRESENTE EN LOS DISCURSOS DOCENTES SOBRE INFORMES Y LA RELACIÓN CON LAS QUEJAS ESCOLARES: ANÁLISIS DESDE UN CONTEXTO NEOLIBERAL***

### ***THE STIGMA IN TEACHERS' SPEECH ABOUT REPORTS AND THE RELATIONSHIP WITH SCHOOL COMPLAINTS: ANALYSIS FROM A NEOLIBERAL CONTEXT***

Andréia Alves de CASTRO<sup>1</sup>  
Eveline Borges VILELA-RIBEIRO<sup>2</sup>

**RESUMO:** Esse trabalho buscou compreender concepções sobre as crianças com laudos. O objetivo foi analisar os discursos sobre os laudos como solução para queixas de dificuldades de aprendizagem. Foram entrevistados professores e profissionais de apoio da rede pública de ensino em uma cidade no interior de Goiás. As entrevistas foram transcritas e, na sequência, foi feita uma análise de conteúdo (temática). A partir das temáticas centrais nos discursos dos entrevistados, foram criadas seis categorias e aqui será apresentada a categoria “Concepções sobre laudos e crianças com dificuldades de aprendizagem”. Observou-se, nos discursos, forte influência da concepção médica e biológica dos problemas de aprendizagem, além de estereótipos e preconceitos em relação às crianças com transtornos mentais e/ou dificuldades de aprendizagem. É necessário um olhar crítico dos profissionais que se inserem na educação para superar concepções de sujeito descontextualizadas do cenário social, econômico, político e educacional para, então, alcançar uma educação inclusiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Transtornos mentais. Dificuldade de aprendizagem. Educação inclusiva. Estigma. Neoliberalismo.

**RESUMEN:** *Este trabajo buscó comprender las concepciones acerca de los niños con informes y dificultades de aprendizaje. El objetivo fue analizar los discursos sobre los informes como solución a las quejas de dificultades de aprendizaje. Fueron entrevistados docentes y profesionales de apoyo del sistema escolar público de un municipio del interior de Goiás. Las entrevistas fueron transcritas y, posteriormente, se realizó un análisis de contenido (temático). A partir de los temas centrales en el discurso de los entrevistados, se crearon seis categorías y aquí se presentará la categoría “Concepciones sobre relatos y niños con dificultades de aprendizaje”. En los discursos se observó una fuerte influencia de la concepción médica y biológica de los problemas de aprendizaje, además de estereotipos y prejuicios en relación con los niños con trastornos mentales y/o dificultades de aprendizaje. Es necesaria una mirada*

<sup>1</sup> Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia – GO – Brasil. Psicóloga. Mestrado em Educação (UFG-Regional Jataí). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7924-1354>. E-mail: [psi.andreiaalves@gmail.com](mailto:psi.andreiaalves@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Jataí (UFJ), Jataí – GO – Brasil. Professora. Doutorado em Química (UFG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9470-509X>. E-mail: [eveline\\_vilela@ufj.edu.br](mailto:eveline_vilela@ufj.edu.br)

*crítica de los profesionales que están involucrados en la educación, para superar concepciones descontextualizadas del sujeto desde el escenario social, económico, político y educativo, para obtener una educación inclusiva.*

**PALABRAS CLAVE:** *Trastornos mentales. Dificultad de aprendizaje. Educación inclusiva. Estigma. Neoliberalismo.*

**ABSTRACT:** *This work deals with conceptions about children with reports and learning difficulties. The objective was to analyze the speeches about the reports as a solution to complaints of learning difficulties. Interviews were carried out with teachers and support professionals from the public school system in a city in the interior of Goiás. The interviews were transcribed and, subsequently, a content (thematic) analysis was performed. From the selection of central themes in the interviewees' discourse, six categories were created and the category "Conceptions about reports and children with learning difficulties" will be presented here. In the speeches, a strong influence of the medical and biological conception of learning problems was observed, in addition to stereotypes and prejudices in relation to children with mental disorders and/or learning difficulties. A critical look on the part of professionals who are involved in education are necessary, so that they can overcome decontextualized conceptions of the subject from the social, economic, political and educational scenario to achieve inclusive education.*

**KEYWORDS:** *Mental disorders. Learning difficulty. Inclusive education. Stigma. Neoliberalism.*

## **Introdução**

As políticas de Educação Inclusiva (EI) marcam, a partir da década de 1990, um avanço na educação de crianças e adolescentes com deficiência. A Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) se constitui como marco para introdução dessas políticas sustentando que todas as crianças devem ter acesso ao ensino regular, cabendo à escola adotar uma pedagogia que satisfaça as necessidades de cada criança. Afirma ainda a inclusão como instrumento eficaz no combate à discriminação e capaz de promover uma Educação Para Todos (BRASIL, 1994). A Educação Inclusiva não se restringe à inserção de alunos com deficiência, mas pressupõe um conceito de educação democrática e de qualidade que não se apoie em princípios de diferenciação e exclusão (MARINHO; OMOTE, 2017).

Apesar do aumento nas matrículas em classes do ensino regular entre os anos de 1998 a 2013, no contexto brasileiro (BRASIL, 2014), verifica-se a continuidade de um processo de exclusão das crianças que não apresentam as características de aprendizagem esperadas pela escola. Essas expectativas têm se baseado em critérios de produtividade e desenvolvimento de competências como prevê a pedagogia das competências.

Nota-se que os dispositivos legais garantem a implementação das políticas inclusivas nas instituições, no entanto não garantem o real funcionamento de uma escola inclusiva. Oliveira e Araújo (2017), em pesquisa sobre a produção do sujeito com deficiência, perceberam que, embora tenha sido adotado pelos professores o discurso da inclusão, as práticas, em geral, se baseiam apenas numa inserção física do aluno em sala de aula que não promove uma inclusão efetiva nos processos de ensino e aprendizagem. Dessa forma, as autoras questionam as práticas que estão sob o discurso da educação inclusiva que, no entanto, acabam mascarando processos de exclusão dos alunos com deficiência (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2017).

Além dos alunos com deficiência, outra classe de crianças tem crescido na educação inclusiva: os alunos classificados com transtornos mentais e/ou dificuldades de aprendizagem. Estudos apontam uma frequente produção de laudos psicológicos e/ou psiquiátricos para crianças que supostamente apresentam dificuldades de aprendizagem, os quais vêm sendo utilizados no campo da educação como tentativa de resposta aos problemas de comportamento e aprendizagem sem, no entanto, considerar os aspectos mais amplos como os socioeconômicos, pedagógicos e processos de escolarização na produção do fracasso escolar (BAUTHENEY, 2011; BENEDETTI *et al.*, 2018; RAMOS, 2014; SILVA; MOLERO; ROMAN, 2016). Esses estudos têm focado especialmente a relação entre dois campos do saber: a Educação e os saberes “Psi” (psiquiatria, psicopediatra, psicologia, neuropsicologia, psicopedagogia). Tais estudos têm demonstrado que os laudos e a aplicação dos tratamentos psicológicos e/ou psiquiátricos indicados às crianças com dificuldades de aprendizagem, atuam na modificação e contenção dos comportamentos infantis que incomodam no ambiente escolar.

A resolução número 6 de 2019 do Conselho Federal de Psicologia - CFP define o laudo psicológico como um documento resultante de um processo de avaliação psicológica e que tem por finalidade “subsidiar decisões relacionadas ao contexto em que surgiu a demanda” (CFP, 2019, n.p.). Ainda nesse artigo, tem-se que o laudo psicológico “apresenta informações técnicas e científicas dos fenômenos psicológicos, considerando os condicionantes históricos e sociais da pessoa, grupo ou instituição atendida” (n.p.).

O efeito é que, por meio dessa classificação psicopatológica empreendida no campo da saúde, desobriga-se a escola de sua relação de ensino com esse aluno. O discurso sobre o fracasso escolar acaba recaindo sobre a criança e sendo legitimado pelo saber médico por meio dos laudos (BAUTHENEY, 2011), o que corrobora com o processo de exclusão dessas crianças.

Partindo dessas discussões, o problema de pesquisa foi assim formulado: de que maneira o discurso sobre laudos e sua relação com as queixas escolares interferem na educação de crianças dentro do contexto neoliberal? Tendo esse problema em vista, o objetivo desse trabalho

consistiu em analisar os discursos de professores e profissionais de apoio sobre os laudos como solução para as queixas de dificuldade de aprendizagem dos estudantes na educação infantil, levando em conta o contexto de uma sociedade neoliberal.

## Método

Esta é uma pesquisa cadastrada e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Goiás (UFG), sob o parecer 1.702.878, organizada como um estudo exploratório amparado na abordagem qualitativa de pesquisa (TRIVIÑOS, 2017), tendo como método de coleta de dados a entrevista semiestruturada em uma cidade do interior goiano.

Os participantes da entrevista foram selecionados de acordo com os seguintes critérios: ser professor e lecionar em escola pública ou ser profissional de apoio em escola pública; aceitar as condições estabelecidas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Participaram da pesquisa dois pedagogos e dois profissionais de apoio que trabalham em escolas públicas com crianças que apresentam laudo médico e/ou psicológico com diagnóstico no campo dos transtornos mentais descritos no capítulo V da Décima Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) (OMS, 1993) ou no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5ª edição (DSM-V) (APA, 2014). Os participantes estavam vinculados em duas escolas diferentes, sendo um professor e um profissional de apoio da escola A e um professor e um profissional de apoio da escola B. Todos eles atuavam em turmas de 3º e 4º ano do ensino fundamental I, nas quais há crianças com os seguintes tipos de laudos: autismo leve, transtorno de conduta não especificado, retardo mental moderado<sup>3</sup>, paralisia cerebral quadriplégica espástica<sup>4</sup>, autismo infantil e epilepsia<sup>5</sup>. Além dessas, há também aquelas que, mesmo não apresentando nenhum laudo, são chamadas pelos professores de “aluno com dificuldades de aprendizagem” (sic.).

Foi utilizada entrevista semiestruturada de modo que os entrevistados responderam livremente de acordo com seus conhecimentos e experiências. A entrevista foi aplicada individualmente com cada um dos participantes em um encontro, obedecendo e respeitando os preceitos estabelecidos pelo Comitê de Ética. Ela foi gravada em áudio por meio de um gravador de voz e, posteriormente, transcrita.

<sup>3</sup> Atualmente denominado de deficiência intelectual (DI).

<sup>4</sup> Conjunto de condições que afetam o movimento e a postura, caracterizada pela rigidez muscular e dificuldades nos movimentos.

<sup>5</sup> Essas classificações foram encontradas nos arquivos da escola, sendo que algumas crianças apresentam mais de um diagnóstico.

A análise dos dados foi feita com base na Análise de Conteúdo (AC) proposta por Bardin (2016). A partir da leitura exploratória dos dados, palavras chaves que resumiam as percepções dos entrevistados sobre os assuntos foram marcadas, criando-se categorias a partir da análise delas. Essa análise temático-categorial levou à criação de seis categorias, que apresentam aspectos relevantes mostrados nos discursos transcritos dos participantes, totalizando seis categorias. A categoria “Concepções sobre laudos e crianças com dificuldades de aprendizagem” será apresentada nesse trabalho. A discussão dos resultados é feita de maneira qualitativa, dialogando com os referenciais teóricos apresentados.

## **Resultados e Discussão**

### **Concepção dos professores e profissionais de apoio sobre os laudos e as crianças com dificuldades de aprendizagem**

O quadro 1 traz concepções a respeito das crianças com “dificuldades de aprendizagem”, implícitas nos discursos dos professores e profissionais de apoio. A análise desse tema constitui-se num dos aspectos mais relevantes da pesquisa, uma vez que uma concepção biologicista a respeito da aprendizagem e uma visão unívoca do sujeito, enraizada no preconceito contra crianças oriundas das camadas mais baixas da sociedade, foi se delineando ao longo dos discursos dos participantes. Segue abaixo o quadro com as concepções dos participantes sobre o tema.

#### **Quadro 1 – Análise temática das concepções de professores e profissionais de apoio sobre os laudos e as crianças com dificuldades de aprendizagem**

<b>Participantes</b>	<b>Análise temática</b>
P1	As crianças com laudo conseguem aprender, apesar das suas dificuldades. Conseguem acompanhar o restante da turma. Embora consigam aprender, o profissional de apoio é necessário para as crianças com déficit de atenção.
P2	Os principais motivos para a não-aprendizagem de algumas crianças são: falha do professor, característica própria do aluno e/ou falhas do sistema educacional. As crianças apresentam dificuldades de aprendizagem mesmo não tendo transtorno e/ou deficiência. Mesmo as crianças “comuns” (sic) estão vindo mais “fracas” (sic). Algumas crianças com laudo conseguem fazer suas atividades sozinhas. A criança com dificuldade de aprendizagem tem um “bloqueio” (sic). O cérebro não consegue guardar as informações aprendidas na aula. Os professores percebem quando a criança apresenta dificuldades cognitivas.
PA1	Quando o aluno está dando problema na escola, os pais são solicitados e orientados a buscar auxílio de um profissional para descobrir o que a criança tem. Se o aluno não fizer o tratamento ele não aprende e pode reprovar. O laudo fornece o diagnóstico e, assim, o início do tratamento (medicamentoso, psicológico, dentre outros), o qual favorece o desenvolvimento escolar da criança. Os pais devem buscar conhecimento a respeito do transtorno e/ou deficiência da criança.

	Os alunos com transtorno e/ou deficiência são mais lentos na aprendizagem e não vão adquirir as mesmas habilidades dos demais. Se eles adquirirem habilidades de responsabilidade, aprender alguns conteúdos e saber ler e escrever já seria o bastante.
PA2	Percebe seus alunos como espertos e que conseguem fazer coisas sozinhos, mas esperam sua ajuda para tê-lo por perto. Considera que o problema dos seus alunos é comportamental e não de aprendizagem. Adapta as atividades reduzindo a quantidade para que a criança consiga acompanhar os colegas. Os alunos com dificuldades de aprendizagem são aqueles que sabem, mas demoram mais para aprender o conteúdo.

Fonte: Castro (2021)

Para iniciar essa análise, seguem trechos das falas de PA1 e P2 que denotam uma concepção orgânica da aprendizagem:

**PA1:** “Foram alunos que já vinham do segundo ano na mesma série e tendo as mesmas dificuldades. E eram maus alunos? Não, eram ótimos alunos, carinhoso, prestava atenção, mas infelizmente não ajuda, o cérebro não ajuda. Então assim, tem que saber o que é.”

**P2:** “É como se você não tivesse trabalhado aquilo, parece que ele tem um bloqueio, o cérebro dele não consegue[...] parece que a memória dele só tem a instantânea, não fica para o outro dia, então isso eu considero uma dificuldade de aprendizagem.”

Além de ambas deixarem claro que a aprendizagem depende do cérebro do aluno, em sua fala, PA1 reforça a necessidade de “saber o que é” (sic.), ou seja, identificar qual o problema essa criança tem, o que se faz por meio do encaminhamento para o profissional da saúde, médico e/ou psicólogo.

Os participantes também expressaram a noção de que os alunos com dificuldade apresentam um ritmo mais lento de aprendizagem em relação aos demais colegas, como pode ser observado nos discursos abaixo:

**PA1:** “[...]eu acho que o que destoa muito é porque eles têm um processo lento de aprendizagem, todos os que tem síndrome, um processo lento.”

**P1:** “Algumas crianças vão num click, como se diz, outras já demoram mais para aprender, eu vejo assim.”

**PA2:** “A professora tinha passado 15 linhas para os outros, eu falei ‘a gente vai fazer cinco’ que dava o tempo de ele acompanhar os outros colegas.”

A professora P2 ao comparar seu trabalho em escola privada e escola pública chega à conclusão de que os alunos do ensino público são mais lentos:

**P2:** “E aqui se você for trabalhar o mesmo conteúdo as crianças têm dificuldade, eu pego conteúdo que eu trabalhava, se pôr para eles fazerem, eles não fazem. Tenho que seguir devagarzinho com eles.”

No início da entrevista, ao falar sobre os motivos pelos quais não se consegue a aprendizagem de todos os alunos como gostaria, a professora havia apresentado uma visão mais abrangente, levando em conta outros fatores além dos aspectos individuais do aluno:

**P2:** “São vários fatores, pode ser também falha do professor, as vezes ele não soube, não descobriu qual é a maneira que aquele aluno tem de aprender e também já vem do aluno de casa também, tem alunos que tem um bloqueio, já vem com ele mesmo aquilo e também o próprio sistema, tem hora que a sala é super lotada, tem alunos que tem vários problemas dentro da sala e não tem o apoio, então são *n* problemas. Então não posso falar que é só falha do professor, é falha de todo um sistema.”

Apesar disso, ao longo da entrevista, a professora apresentou uma concepção de educação a-histórica, desconectada do contexto social mais amplo. Comparar o desempenho de alunos da rede pública com o de alunos da rede privada como se eles estivessem em igualdade de condições mostra uma perspectiva descontextualizada da situação. Patto (1997), em sua crítica às práticas de avaliação das crianças nas escolas, enumera vários aspectos de ordem social, política e econômica que ficam ocultos, sob pena de que sua revelação desconstrua um conjunto de ideias que sustentam a prática de uma ciência com um viés ideológico burguês. A autora aponta que não há conhecimento da realidade que seja descomprometido, portanto, toda análise, todo modo de pensar (e de ensinar) está ancorado numa concepção acerca dessa realidade e quando essa concepção desconsidera o processo de constituição histórica de determinado conhecimento, a que e a quem ele serve, as consequências são desastrosas.

Uma prática educativa alienada, que desconhece os seus fundamentos, mostra-se incoerente e contraditória. O trabalho se tornou desinvestido de sua característica essencial, o ensino, sendo que a aprendizagem (ou a dificuldade de aprendizagem) assumiu o protagonismo, como propõe o modelo escolanovista. Na resposta abaixo, nota-se a dificuldade da professora em fundamentar o processo de aprendizagem infantil:

**P1:** “Como que se dá o aprendizado? O aprendizado se dá através do que ele vai aprendendo gradativamente, que a gente passando para eles, eles vão... aqueles que tem mais facilidade vai aprender mais rápido, aqueles que não tem a gente vai ter que desenvolver aquilo neles por mais... determinado tempo. Algumas crianças vão num click, como se diz, outras já demoram mais para aprender, eu vejo assim.”

Apesar dessa dificuldade, os aspectos referentes à aprendizagem se destacam em seu discurso. Observa-se a grande ênfase que ela dá nas questões de aprendizagem, como se a condição de aprender ou não aprender fosse uma característica do aluno, enquanto os processos de ensino não são mencionados:

**P1:** “Então é algo difícil da gente ensinar porque a gente ensina uma determinada coisa para ele, amanhã ele já não sabe, então todos os dias a gente tem que estar voltando, dá impressão que a gente nunca vai seguir, que a gente vai estar sempre voltando com aquele aluno. Agora já eu tenho outros, porque eu tenho três laudos na sala, já os outros não, os outros têm as suas limitações, suas dificuldades, mas a gente percebe que eles vão, eles conseguem ter um pouquinho de aprendizado. E aí tem um que aprende, ele tem certa dificuldade, mas ele gosta muito de brincar, gosta muito de conversar, mas ele tem condição de aprender, de acompanhar a turma. Então só um que eu vejo que todos os dias a gente tem que voltar, a gente nunca consegue caminhar com ele para frente.”

Outra contradição que aparece nesse trecho da entrevista é o relato de que o aluno “[...]tem condição de aprender, de acompanhar a turma”. Se ele acompanha, por que o olhar diferenciado? Ele não deveria estar no “grupo dos que aprendem”? Essa “certa dificuldade” (sic) que ele apresenta e o gostar muito de brincar e conversar é o que justifica o laudo? É importante notar que no uso da expressão “eu tenho três laudos na sala” (sic), a professora se refere às crianças utilizando o próprio substantivo “laudos”, o que descaracteriza as crianças enquanto sujeitos e reforça o estigma das crianças *laudadas*.

Freitas e Garcia (2019) ressaltam o uso da palavra laudo no cotidiano escolar, a qual serve a propósitos variados: não apenas para assegurar direitos (se é que asseguram e a que preço o fazem!), mas também para justificar a segregação, o tratamento diferencial. Além disso, ao invés de uma análise pedagógica, se sobrepõe a ideia de superação quando o aluno avança e, quando há atraso, este se justifica pelo fato de que a criança é laudada (FREITAS; GARCIA, 2019). Esse discurso polarizado entre superação ou atraso também oculta as relações sociais, econômicas e políticas que constituem o processo de escolarização dos indivíduos e coloca novamente o foco na aprendizagem em detrimento do ensino.

Na fala de uma participante que, embora tenha respondido à entrevista na condição de profissional de apoio, também é professora em outro turno, é possível notar essa diferenciação entre “laudados” (sic.) e “normais” (sic.):

**PA1:** O que acontece: as crianças que são laudadas buscam a mesma coisa que as outras crianças, mas de forma diferente, a gente tem que enxergar nelas essa diferença. Às vezes a gente consegue e às vezes a gente não consegue, mas o que eu espero deles [...] Quando eu vou trabalhar com uma criança, primeiro eu testo ela ao máximo, e eu sou assim com os meus alunos normais também.

Além das crianças “laudadas”, as “normais” também têm apresentado problemas. Em dois momentos, um com uma professora e outro com uma profissional de apoio, elas revelam

uma concepção sobre as crianças da atualidade: são “fracas” e “aceleradas”. A profissional de apoio ainda ressalta que essa aceleração vem “de natureza”. Sendo assim, não há saída, pois todas as crianças apresentam características que dificultam seu processo de aprendizagem. Tal concepção pode ser notada nos discursos transcritos abaixo:

**P2:** “[...] cada dia que passa as crianças estão vindo para gente mais fracas, eu ando percebendo isso, ainda mais eu que trabalhei muito tempo na particular e vim para a pública eu senti o choque, para mim deu um choque.”

**PA1:** “As crianças de hoje em dia estão muito aceleradas, não só as que tem síndrome, mas todas as crianças são aceleradas hoje em dia. Antigamente quando eu tive as minhas filhas, minha filha mais velha nasceu quietinha, minha filha caçula nasceu, para você ter noção, esticando os braços para tudo quanto é lado, ela até virou na cama com dois dias de nascida. Então assim, eu sempre falo, são umas crianças que vêm aceleradas de natureza.”

Dessa maneira, vai se delineando nos discursos dos participantes o foco na condição de aprendizagem e, assim, os entraves no percurso escolar da criança são interpretados a partir de seus déficits. A propagação de um discurso cujo foco está no indivíduo escamoteia a variedade de vicissitudes que concorrem nos processos de escolarização e deixa de lado o aspecto passível de intervenção: o ensino.

Os discursos também apresentam uma separação entre as categorias normal e anormal. Nesse sentido, Patto (2017, p. 88) alerta para as concepções enraizadas que constituem a subjetividade humana e que precisam ser continuamente contestadas:

Atenção não só aos obstáculos externos, impostos pela política educacional, mas também às contradições inevitáveis de todos nós, enraizadas em nossa subjetividade como produtos que somos de uma sociedade pautada por uma visão de mundo minada por estereótipos e preconceitos de vários tipos, entre os quais uma concepção de anormalidade que tem como referência uma definição de normalidade que tem sido e precisa continuar sendo contestada.

Outro aspecto levantado na análise temática é a crença do professor/profissional de apoio de que ele consegue identificar quais são as crianças que têm dificuldade de aprendizagem ou alguma deficiência/transtorno que justifique tratamentos com profissionais da saúde. Uma das entrevistadas tenta explicar como ela consegue ter tal percepção:

**P2:** “O professor percebe, a gente não sabe, eu não sei te falar ao certo como que a gente percebe, mas no dia a dia você consegue perceber uma criança que está com preguiça e uma criança que realmente não dá conta. Você tem que estar em cima, facinho de conhecer, se ficar um mês com a criança você já percebe isso nela.”

O mesmo ocorre com uma profissional de apoio que relata ter dois alunos disléxicos que não têm laudo. Ao ser questionada sobre como ela sabe disso, já que eles ainda não foram avaliados pelo profissional de saúde, ela justifica com base em sua experiência na educação inclusiva:

**PA1:** “O que acontece, você vai trabalhando com as crianças, um pouco você vai entendendo porque você lê, você começa a correr atrás, começa a buscar. Por que o aluno aprende assim e logo esquece? Então eu falo disléxico, apesar de eu não ser médica (risos), não sei nada, sou só professora, mas, assim, de observar outros que tem laudo que tinham a mesma dificuldade e você cansar, quase implorar para o pai e a mãe levar, não levou. Não levou no médico para confirmar, mas, assim, nesse sentido.”

Ou seja, é como se o professor/profissional de apoio fizesse um diagnóstico prévio, o que estigmatiza a criança antes mesmo dela ser classificada pelo laudo. Essa fala também apresenta um estigma em relação à profissão de professor: “eu não sei de nada, sou só professora”. Além do estigma que recai sobre o aluno, também há um estigma em relação ao trabalho de professor, como se fosse um profissional de categoria inferior em relação a outros profissionais e, ainda, como se o saber pedagógico não fosse capaz de auxiliar o professor ou o profissional de apoio a lidar com o obstáculo apresentado. Esse ponto lança luz para a compreensão do porquê os professores buscam nos profissionais de saúde a resposta para os problemas enfrentados na sala de aula, uma vez que o saber médico possui um *status* em nossa sociedade.

É interessante apontar também outro estigma que aparece nos relatos, o da criança preguiçosa. Ou seja, se o aluno não faz o que é esperado é porque não consegue mesmo, tem dificuldade de aprendizagem, ou porque é preguiçoso. Abaixo, o relato do profissional de apoio 2 sobre uma das crianças que ele acompanha e que possui laudo:

**PA2:** “[...]ele é inteligente, consegue fazer as coisas, mas a preguiça não deixa. Porque ele chega em casa e quer fazer outras coisas, quer jogar videogame, quer mexer no celular e acaba esquecendo de fazer as obrigações.”

Já a professora 2 fala sobre a capacidade de diferenciar a criança preguiçosa daquela que tem dificuldade de aprender:

**P2:** “Agora, tem aquelas crianças preguiçosas, o professor reconhece, a preguiçosa, eu vou ser sincera, tem umas crianças, elas são preguiçosas. Tem preguiça, porque hora que você chama a atenção dele, tem criança que pode deixar até sem recreio, aí no outro dia ele vem e faz, porque você reconhece e sabe que ele não tem dificuldade, tem preguiça, isso aí o professor

reconhece facinho no aluno, o aluno que tem preguiça e aquele que não tem preguiça, que é porque ele tem dificuldade mesmo.”

A análise desse tema mostrou a presença marcante de estereótipos sobre crianças com transtorno mental e com “*dificuldade de aprendizagem*”, concepções biologicistas, médicas, psicológicas, sobre fenômenos sociais e visões preconceituosas em relação a pobreza e a origem familiar dessas crianças. Além disso, essa análise aponta o desconhecimento dos professores e profissionais de apoio de um contexto histórico e econômico que cerca o desenvolvimento da escola brasileira com suas desigualdades.

Em muitos momentos as falas dos participantes remetem ao conceito de educação “bancária” de Paulo Freire (2019) segundo a qual “[...] a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los.” (p. 80-81). O processo de aprendizagem das crianças se resumiria então nessa capacidade de arquivar os conteúdos que foram passados.

Assim, o discurso sobre a necessidade dos laudos para diagnosticar, “descobrir” o que o aluno tem, não parece favorecer o percurso escolar das crianças como o discurso atual tenta justificar. Pelo contrário, o que se apresenta é um processo crescente de culpabilização dos indivíduos pelo seu fracasso.

A ideologia neoliberal infiltra seu discurso do talento, da aptidão e da busca pelo sucesso nos mais variados contextos, incluindo na educação. Esse cenário de constituição das subjetividades tem como foco um mercado de trabalho competitivo no qual os trabalhadores são valorizados pela produtividade e capacidade de realização de múltiplas tarefas.

Saviani (2005) aponta que essa visão produtivista da educação se desenvolveu em dois momentos: no primeiro (entre 1950 e 1970) ganha destaque a pedagogia tecnicista, a qual aprofundou tendências que já vinham sendo desenvolvidas no escolanovismo. Essa pedagogia tentava transpor para a escola as características de objetivação do trabalho como acontecia nas fábricas a partir de um modelo taylorista-fordista.<sup>6</sup> Já no segundo período, final dos anos 1980, com as reformas neoliberais, o modelo de educação deveria atender a um funcionamento toyotista<sup>7</sup> de mercado: flexibilização e diversificação da organização escolar, visando um trabalhador adaptável a realização de múltiplas tarefas para uma produção diversificada de acordo com a demanda.

<sup>6</sup> Esse modelo se caracterizava pela produção em massa de bens homogêneos que exigia dos trabalhadores a realização mecânica de uma única tarefa.

<sup>7</sup> O Toyotismo caracteriza-se por uma produção mais “personalizada” que visa atender demandas individuais de consumo, portanto espera um trabalhador versátil que possa realizar múltiplas tarefas.

Nos dois momentos, o objetivo é atingir o máximo de resultados com o mínimo de despesa, aumentando assim os lucros. Nesse Estado Neoliberal, os serviços educacionais passam a ser financiados e organizados pelas grandes empresas na área de educação, enquanto o Estado assume um maior controle das avaliações institucionais para garantir uma educação mínima que forme os trabalhadores necessários a esse cenário. Assim, Saviani ressalta as transformações no mundo do trabalho e na educação provocadas pelas transformações no capitalismo (SAVIANI, 2005).

Nesse contexto produtivista, o objetivo é a empregabilidade, assim o indivíduo deve adquirir os conhecimentos, habilidades e competências que o tornem um bom candidato ao mercado de trabalho, mas que não garantem de fato o emprego. Com isso, os indivíduos precisam tornar-se empregáveis e, caso não consigam, eles serão os únicos responsáveis por sua condição de fracasso, ou seja, o sujeito é responsável por não atingir a inclusão, uma vez que lhe foram ofertadas inúmeras possibilidades. Esse processo Saviani (2011) chamou de “pedagogia da exclusão” (p. 431). Portanto, seguindo essa linha, os discursos sobre os laudos apontam para uma concepção adaptativa dos sujeitos, uma vez que diagnosticados e em tratamento podem se tornar o aluno adequado ao projeto neoliberal de educação.

### Os estereótipos presentes nos discursos: Algumas considerações

Percebe-se que apareceram nos relatos muitos adjetivos e substantivos usados para se referir aos alunos, não só àqueles que possuem laudo, mas aos alunos que apresentam dificuldades em geral. Por meio do Quadro 2 é possível observar de forma mais clara o quanto e quantos estereótipos têm marcado a vida escolar dessas crianças.

**Quadro 2** – Termos usados na descrição dos alunos<sup>8</sup>

Palavras usadas para descrever/qualificar alunos com ou sem dificuldades de aprendizagem	Número de vezes que aparecem no discurso dos entrevistados
Agressivo	21
Inclusivo/ de inclusão	12
Síndrome	12
Preguiçoso	11
Retardo	8
(não)Normal	8
Lento	6
Agitado	6
Nervoso	5

<sup>8</sup> Foram contabilizadas todas as formas em que uma mesma palavra apareceu: masculino (plural e singular), feminino (plural e singular), diminutivo, substantivo, adjetivo. A palavra só foi contabilizada quando usada em contexto que se referia especificamente à criança.

Inteligente	4
Laudado / Laudo	4
Custoso	3
Acelerado	3
Esperto	2
Deficiência	1
Desatento	1
Estressado	1
Fraco	1

Fonte: Castro (2021)

Essas palavras demonstram que a visão do professor em relação ao aluno fica fixada nessas características, dificultando que o aluno possa ser visto para além de seu diagnóstico. Além disso, demonstram uma série de expectativas que são alimentadas em relação a essas crianças e seu desempenho e comportamento na escola.

No campo da Psicologia a utilização da classificação psicopatológica por meio de manuais, como o *DSM-V*, para diagnóstico precoce de crianças, tem sido motivo de críticas contundentes por parte de alguns autores. As categorias nosográficas passam a ser o meio pelo qual a criança será classificada, partindo de uma descrição sintomatológica calcada em uma concepção médica. Soma-se a isso o fato de que o desenvolvimento posterior da criança ficará marcado por esse diagnóstico que direcionará o olhar dos adultos que cercam esse indivíduo.

Nesse sentido, acredita-se que o papel da psicologia não pode ser o de favorecer processos de exclusão, nem mesmo de buscar alinhar os indivíduos a padrões de normalidade estabelecidos socialmente, mas de buscar um olhar sobre o sujeito levando em consideração sua singularidade. A psicologia escolar/educacional não pode estar comprometida com uma concepção de homem médica e que atribui as causas dos fenômenos educativos a supostas deficiências do aluno. Pelo contrário, a psicologia deve pautar-se numa concepção crítica e historicamente fundamentada da realidade social e, ainda, contribuir com a desconstrução de ideias fixas e estereótipos que assujeitam os indivíduos.

Portanto, cabe compreender a inclusão como um processo multideterminado, incluindo os aspectos históricos, sociais e econômicos envolvidos. Porém, o que se observa nas atuais tendências neoliberais é o foco no indivíduo, a “criança-problema” diagnosticada pela psicologia/psiquiatria e que necessita ser adaptada. Sob o discurso da consideração pelas diferenças individuais, o que se processa ao fundo é a exclusão velada da criança que, supostamente, não aprende.

## Considerações finais

A partir dos dados analisados nessa pesquisa, observou-se que os laudos não estão a serviço de uma melhor aprendizagem das crianças, uma vez que os discursos sobre eles apontam para uma finalidade médica, e não pedagógica. Ao contrário de promover a inclusão da criança e auxiliar nos avanços da aprendizagem, o que se observou foi o crescimento de um estereótipo, sendo que o aluno “laudado” é identificado como menos capaz.

Firmada nas concepções de ciência e indivíduo discutidas anteriormente, a sociedade neoliberal apresenta uma relação entre os interesses econômicos presentes na sociedade capitalista com as políticas de educação inclusiva, as quais tem suas bases nas propostas de organismos internacionais. Dessa forma, caracteriza-se um uso ideológico da educação, como observado no movimento Escola Nova.

Portanto, o ideário neoliberal reforça por meio da própria educação a ideia de que o sujeito é responsável por seu sucesso ou fracasso; reforça a concepção de um indivíduo produtivo, que “corre atrás” e que é finalmente recompensado por seu esforço. Esse é o modelo de indivíduo que o pensamento neoliberal visa construir. Desse modo, um instrumento como o laudo que se baseia nas características individuais, pode servir como justificativa para culpabilizar o sujeito por seu insucesso, mas, também, para aplicar os devidos tratamentos que possam “corrigir as falhas” e tornar esse indivíduo útil ao mercado de trabalho como mão de obra.

Embora a política educacional e a estrutura econômico-social em que se insere a sociedade atual não tenha interesse em garantir uma educação democrática e que alcance todos os brasileiros, isso não impede que os profissionais da educação, os psicólogos, os médicos, dentre outros profissionais, assumam uma postura contrária ao *status quo* e contribuam para uma educação mais humanizada. É somente com um olhar crítico sobre a realidade e colocando um ponto de interrogação sobre assuntos que estão naturalizados no cotidiano que se pode promover alguma mudança, considerando que a mudança se dá dentro de um processo histórico composto muito mais por perguntas do que por respostas.

Considerando ainda a historicidade dessa pesquisa, ela apresenta algumas limitações quanto ao universo da pesquisa, uma vez que foi realizada em período pandêmico e o acesso aos professores e profissionais de apoio estava comprometido. Dessa maneira, as narrativas apresentadas podem apresentar alguns vieses em relação à população estudada, uma vez que apenas profissionais de escolas públicas foram consultados.

Apesar disso, acreditando na possibilidade de mudanças, esse trabalho aponta para a importância do desenvolvimento de pesquisas no âmbito da educação inclusiva que demonstrem as repercussões e o impacto do neoliberalismo na formação de crianças com supostos transtornos mentais e/ou dificuldades de aprendizagem que sofrem com os estereótipos impostos socialmente. Assim, essa pesquisa lança um olhar provocador para a temática visando a continuidade desse estudo e instigando a abertura de questionamentos que produzam um maior número de pesquisas futuras.

## REFERÊNCIAS

AMERICAM PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - DSM-V**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUTHENEY, K. C. S. F. **Transtornos de aprendizagem**: Quando “ir mal na escola” torna-se um problema médico e/ou psicológico. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: [https://repositorio.minedu.gob.pe/bitstream/handle/20.500.12799/1649/2011\\_Bautheney\\_Transtornos%20de%20aprendizagem-%20quando%20ir%20mal%20na%20escola%20torna-se%20um%20problema%20médico%20eou%20psicológico.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.minedu.gob.pe/bitstream/handle/20.500.12799/1649/2011_Bautheney_Transtornos%20de%20aprendizagem-%20quando%20ir%20mal%20na%20escola%20torna-se%20um%20problema%20médico%20eou%20psicológico.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 19 jan. 2022.

BENEDETTI, M. D. *et al.* Medicalização e educação: Análise de processos de atendimento em queixa escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 73-81, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/L3mdKtNP76n377M9F5SzhnN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC; SECADI, 2014.

CASTRO, A. A. **O estigma presente nos discursos de professores sobre laudos e a relação com as queixas escolares**: análise a partir de um contexto neoliberal. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí, Goiás, 2021.

Conselho Federal de Psicologia - CFP. **Resolução CFP 06/2019 comentada**. Orientações sobre elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional. Brasília, DF: CFP, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 69. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, M. C.; GARCIA, E. C. De diagnósticos e prognósticos: Laudos na configuração de muitas experiências de escolarização. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 173, p. 316-340, jul./set. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742019000300316&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742019000300316&script=sci_arttext). Acesso em: 15 nov. 2019.

MARINHO, C. C.; OMOTE, S. Concepções de futuros professores a respeito da Educação Inclusiva e Educação Especial. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 30, n. 59, p. 629-641, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313153445007/html/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

OLIVEIRA, A. F. T. M.; ARAÚJO, C. M. A formação de professores para educação inclusiva no portal do professor do MEC: Discurso inclusivo x discurso médico. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 140, p. 829-846, jul./set. 2017. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87353321017>. Acesso em: 18 ago. 2018.

Organização Mundial da Saúde - OMS. **Classificação Internacional de Doenças e problemas relacionados à saúde**: Décima revisão. São Paulo: Centro Colaborador da OMS para Classificação de Doenças em português, 1993.

PATTO, M. H. S. A escola transformadora: Da escola que temos à escola que queremos. *In*: KUPFER, M. C. M.; PATTO, M. H. S.; VOLTOLINI, R. (org.). **Práticas inclusivas em escolas transformadoras**: Acolhendo o aluno-sujeito. São Paulo: Escuta: Fapesp, 2017.

PATTO, M. H. S. Para uma crítica da razão psicométrica. **Psicologia USP**, v. 8, n. 1, 1997. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65641997000100004&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65641997000100004&script=sci_arttext). Acesso em: 08 jul. 2020.

RAMOS, C. L. O “laudo” na inclusão de alunos no ensino regular: Uma estratégia da governamentalidade biopolítica. *In*: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2014. Disponível em: [http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/1947-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1947-0.pdf). Acesso em: 08 fev. 2022.

SAVIANI, D. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. *In*: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVA, C. C. B.; MOLERO, E. S. S.; ROMAN, M. D. A Interface entre Saúde e Educação: Percepções de educadores sobre educação inclusiva. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 109-115, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/hX5BPPPhkyVgtBgTWHMyd7yg/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 11 jan. 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2017.

### **Como referenciar este artigo**

CASTRO, A. A.; VILELA-RIBEIRO, E. B. O estigma presente nos discursos de professores sobre laudos e a relação com as queixas escolares: Análise a partir de um contexto neoliberal. **Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 23, n. 00, e022008, 2022. e-ISSN: 2594-8385. DOI: <https://doi.org/10.30715/doxa.v23i00.16203>

**Submetido em:** 22/07/2022

**Revisões requeridas em:** 05/09/2022

**Aprovado em:** 08/11/2022

**Publicado em:** 30/11/2022

**Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.**

Revisão, formatação, normalização e tradução.

